FOLHA METROPOLITANA
o jornal de Guarulhos
47 ANOS
Quarta-feira, 24 de abril de 2019
Ano 48 Nº 455

FOTO: MÁRCIO LINO

Samu, Bombeiros e polícias passam a atuar de forma integrada

Cidade Pág. 3

FOTO: DIVULGAÇÃO

Dicas de como encerrar o dia de ecoturismo em Brotas

Turismo Pág. 11

jornalfolhametro | folhametropolitanagru | 99643-2765 | www.fmetropolitana.com.br | Distribuição Gratuita

STJ reduz pena, e Lula pode sair da cadeia ainda neste ano

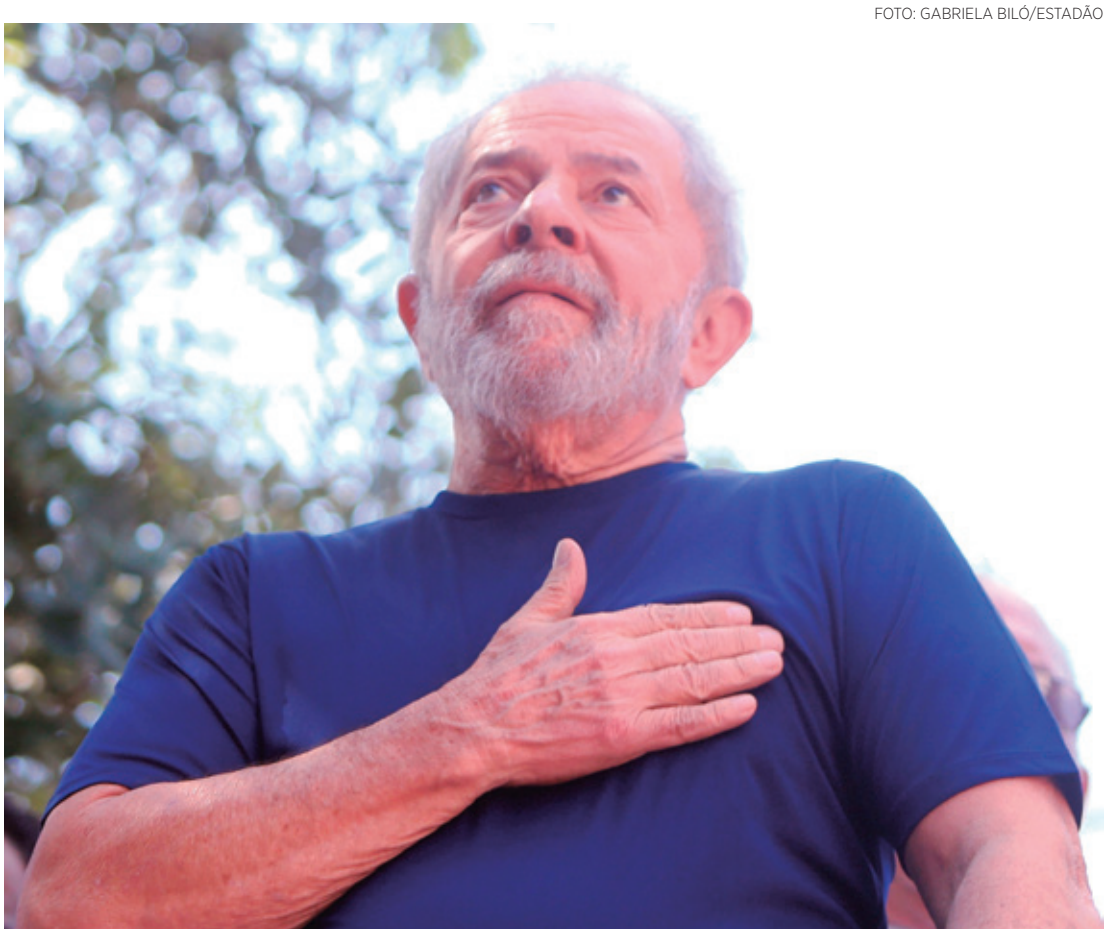
Ex-presidente que está preso desde 2018 em Curitiba poderá ir para o regime semiaberto; decisão unânime de ministros diminuiu pena de 12 anos para 8 anos e 10 meses no caso do tríplex do Guarujá Pág. 4

FOTO: SIDNEI BARROS

Força-tarefa tapa quase 2 mil buracos em apenas uma semana

Pág. 3

FOTO: GABRIELA BILÓ/ESTADÃO



Licitação para aluguel de equipamentos da TV Câmara confirma empresa vencedora

Pág. 4

'Blitz da Lei Seca' já fiscalizou mais de 3,3 mil motoristas na cidade em sete edições

Pág. 7

Cotações

+1,41% 95.923	-0,26% R$ 3,92	-0,79% R$ 4,39	6,5%	R$ 998
Bovespa	Dólar	Euro	Selic (ano)	Salário Mínimo

Disque-Denúncia 181

"Nosso intuito é unificar as instituições, integrar os serviços e otimizar os recursos", **Andressa Lima José, coordenadora geral do Samu Guarulhos**

COLUNA LIVRE

HERMANO HENNING
Jornalista
hermano.henning@fmetropolitana.com.br

Depois do julgamento de ontem no Superior Tribunal de Justiça fica mais difícil para o PT e a quase totalidade da esquerda brasileira sustentar que Luiz Inácio Lula da Silva é preso político. Mas pode escrever: isso vai continuar acontecendo. Lula vai continuar sendo preso político e considerado um cidadão perseguido pelas elites do país em conluio com o governo americano e alvo preferencial da CIA para todas a lideranças petistas, psoistas, pcdobeistas e outros istas. E duvido que surja entre essas lideranças alguém capaz de abaixar a cabeça e aceitar a decisão de um juiz federal de primeira instância de Curitiba; três desembargadores da Justiça Federal de Porto Alegre; e, finalmente, quatro ministros do Superior Tribunal de Justiça que opera na capital federal. Nenhum deles, não só políticos que gostam de ser chamados de progressistas, mas também intelectuais nas academias, a maioria dos professores nas universidades, artistas da TV Globo, cantores da Bahia, etc, etc...

Por quê? Simplesmente porque assim sendo, ou seja, aceitando as sentenças formuladas pelos magistrados, Lula poderá ser chamado de corrupto, lavador de dinheiro, ou como prefere o professor historiador da rádio Jovem Pan, "ladrão". Para um ex-presidente da República, catalizador de multidões por este país afora, tido como Deus no Nordeste e "nosso guia" para a elite progressista do centro sul, essa palavra, corrupto, ou simplesmente criminoso, não pode colar nunca.

Dizem que ideologia é como religião. Melhor ainda, é como seita. Acreditar que Lula é um exemplo de ser humano é um dogma. Lula nunca será um indivíduo desonesto pra quem se define como "de esquerda". Ou "progressista".

O resultado

O Superior Tribunal de Justiça confirmou os crimes do ex-presidente da República. Corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Não atendeu as reivindicações da defesa que falava em "julgamento injusto" tentava anular o processo, lutou pela impugnação do juiz de Curitiba que virou ministro do governo e usou dezenas de outros argumentos. Nada disso colou. Mas o STJ maneirou nas penas. Foram reduzidos três anos e oito meses daquelas aplicadas pelo Tribunal de Porto Alegre. Eram de doze anos e um mês. Agora, somadas as duas condenações são oito anos e dez meses. E cumprido um sexto da pena, o encarcerado pode ir para um sistema de albergue ou penitenciária agrícola. Isso não vai acontecer. Imaginem um ex-presidente preso num sistema correcional?

Lula deve ir pra casa em setembro.

FOLHA METROPOLITANA
Editora Happens
Sede, Redação e Publicidade: Rua Ari Barroso 166 - 1º andar - Jardim Pinhal - Guarulhos - SP - CEP: 07120-040
Telefone: 4210-1371 – www.fmetropolitana.com.br
Diretora de Redação: Rosana Ibanez - rosana.ibanez@fmetropolitana.com.br
Diretor Comercial: Cae Mendroni - cae.mendroni@fmetropolitana.com.br
Diagramação e Arte: Ivanildo Barbosa e Bianca Lima - arte@fmetropolitana.com.br
E-mail Redação: redacao@fmetropolitana.com.br
Agência de Notícias: Agência Estado/ **Impressão:** Folha Gráfica
Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores.

RETRATO DO LEITOR

Caro leitor, poste sua foto no Facebook ou Instagram com a #SuaFotoNaFolha. Se sua foto for a mais curtida, você poderá ganhar um super prêmio. Participe!

FOTO: EDUARDO LUZ/@ADVLUZ

FÉ - Toda a beleza da arquitetura da Catedral da Sé, na capital paulista, que encanta moradores e turistas

ESPALHA FATOS

SERGIO LESSA
ef@espalhafatos.com.br
www.espalhafatos.com.br

Exclusivo

Dando continuidade a série de entrevistas realizadas no programa Espalha Fatos da TV Guarulhos com os prefeituráveis de 2020, a coluna de hoje traz a esposa do deputado federal Eli Corrêa Filho, a empresária Fran Corrêa, que apesar de não ter confirmado sua participação na disputa do próximo pleito municipal, deixou escapar que "até seria a primeira mulher eleita prefeita de Guarulhos", ou seja, como dizem no popular: se o cavalo passar arreado...

Fran Corrêa

Acostumada com o ambiente partidário, uma vez que Assis de Almeida foi candidato a vários cargos públicos no passado (sem ter sido eleito), a também empresária Fran Corrêa (DEM) acredita que herdou do pai dentre outras coisas a vocação e o DNA para a política. Apaixonada pelas causas sociais, nunca postulou em sua vida uma candidatura: "A Imprensa e o meio político que estão me lançando para prefeita. Ser candidata é uma coisa, gostar de política é outra", frisa Francislene, que há 15 anos está casada com Eli Corrêa. Categoricamente, ela diz que "não se coloca como candidata em 2020" e que o seu candidato a prefeito favorito é o marido, mentor e chefe do grupo: "Quem decide tudo é o Eli", garantiu. Em relação a disputa de 2016, Fran Corrêa considera um grande trunfo ter tirado o petista Elói Pietá da disputa do segundo turno, mesmo tendo sofrido ataques que considerou pessoais. De qualquer maneira, nos bastidores da política já se dá como certa sua participação na disputa pelo comando da Casa Branca guarulhense no ano que vem. Tanto que durante a entrevista declarou que está preparada para atuar na administração pública, pois tem bastante experiência na privada: "Graças ao Eli tenho portas abertas em todas as esferas de governo", destacando sua participação fervorosa na última campanha de Doria (PSDB) para governador de São Paulo. Sobre seu relacionamento com o atual prefeito Guti (PSB), Fran garante que não tem nenhum problema pessoal com ele, somente estão em palanques opostos. Para ela, uma das principais falhas do atual governo municipal é a constante troca de membros do secretariado: "você precisa ter em sua equipe pessoas capazes na gestão, mas o viés político é essencial. Isso não é fácil de arrumar, mas para o atendimento ser completo precisa ter essa fusão. Por isso não está dando certo. O prefeito Guti demorou muito para escolher sua equipe, agora só lhe resta reconhecer os erros e agir", disparou. A provável candidata ainda afirmou que a área da Saúde é outro ponto falho no atual governo. Por fim, Fran Corrêa se diz injustiçada no último pleito municipal, já que ao lado do marido sofreu com o excesso de divulgação negativa do caso Rodoanel, onde o governo do estado quis desapropriar uma área de sua família por um valor de 5 a 10 vezes menor, segundo ela: "Na época não tínhamos uma equipe tão forte nas redes socias, então não conseguimos propagar a nossa versão". Perguntada se o processo relativo ao Rodoanel havia terminado, Fran Corrêa afirmou que ele é interminável, pois as partes estão muito distantes de um acordo.

Força-tarefa tapa quase dois mil buracos em apenas uma semana

FOTO: DIVULGAÇÃO/PROGUARU

LUCY TAMBORINO - A "Operação Tapa Valas" iniciada no último dia 15 já tapou pelo menos 1.780 buracos espalhados pela cidade. A informação faz parte do último levantamento da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S. A. (Proguaru).

A medida pretende tampar até julho 14 mil buracos, para que isso seja possível foram investidos de pelo menos R$ 8 milhões. Atuam na cidade cerca de 100 pessoas, divididas em 14 equipes.

A região do Continental deve ser a primeira a ter o serviço concluído, com previsão até a segunda-feira (29), em sequência Bonsucesso e Pimentas, com prazo até dia 4 e 29 de maio, respectivamente. Já Cumbica deve receber o serviço a partir do dia 30 de maio e seguir até 23 de junho. Lavras em sequência, do dia 24 de junho a 14 de julho. Ponte Grande em junho. Cidade Martins entre junho e julho. Por último a região de Várzea do Palácio, do dia 11 ao dia 14 de julho.

O prefeito também destacou na ocasião que os buracos onde há grande circulação de veículos terão prioridade independente do cronograma. O responsável geral pela fiscalização da operação será Bruno Gersósimo, assessor executivo da presidência da Proguaru.

Samu, Bombeiros e polícias passam a atuar de forma integrada para otimizar atendimento a ocorrências

FOTO: MÁRCIO LINO

DA REDAÇÃO - O Samu 192 Guarulhos é o mais novo serviço a atuar no Centro de Inteligência Integrada de Guarulhos (CIIG), passando, desta forma, a trabalhar em conjunto com a Guarda Civil Municipal (GCM), com as polícias Rodoviária Federal e Militar e com Corpo de Bombeiros, no acompanhamento em tempo real dos acidentes ocorridos na cidade, através do monitoramento por câmeras. A medida vai evitar a duplicidade de atendimento às vítimas e melhorar a assistência de urgência no município.

Segundo a coordenadora geral do Samu Guarulhos, Andressa Lima José, somente neste ano 212 vezes sua equipe chegou ao local da ocorrência e a vítima já havia sido removida por outros serviços como Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar ou a GCM. "Nosso intuito é unificar as instituições, integrar os serviços e otimizar os recursos, o que vai refletir na melhoria do atendimento às ocorrências na cidade", explicou.

Neste primeiro momento, o serviço integrado funcionará das 7h às 19h. Munido de um rádio comunicador, o profissional do Samu que ficará durante esse período acompanhando tudo o que acontece nas ruas da cidade, no Centro de Inteligência Integrada, passará informações em tempo real para a equipe da base central do serviço 192 (Itapegica), unidade que recebe todos os chamados telefônicos e que também comunicará o CIIG sempre que disparar ambulância para atender uma ocorrência.

Dessa forma, ainda que as centrais telefônicas 192 (Samu), 193 (Bombeiros) e 190 (Polícia Militar) sejam acionadas ao mesmo tempo pela população para o atendimento da mesma ocorrência, a integração dos serviços evitará que todos eles se desloquem desnecessariamente até o local. Além disso, o trabalho conjunto permitirá uma assistência mais qualificada, com o envio do recurso mais indicado para cada caso.

PF realiza operação contra tráfico de drogas e prende líder da organização criminosa em Guarulhos

DA REDAÇÃO - A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a Operação Aplique, desarticulando organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. Foi determinada a prisão preventiva do líder da organização criminosa, pelo crime de lavagem de dinheiro. Ele já está preso por tráfico de drogas no Centro de Detenção Provisória de Guarulhos.

A Justiça Federal também bloqueou R$ 30 milhões do grupo, com base na apuração da movimentação financeira da organização. São cumpridos, em São Paulo e em Campo Grande (MS), 14 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal de São Paulo.

Prazo para declarar Imposto de Renda entra em reta final

MAYARA NASCIMENTO - Os brasileiros têm até a próxima terça-feira (30) para realizarem a declaração de Imposto de Renda (IR), caso se enquadrem nos critérios estabelecidos. Quem não declarar deve arcar com uma multa de no mínimo R$ 165,63, que é calculada com base nos rendimentos.

Precisa declarar o IR aquele que teve obteve ganhos superiores a R$ 28.559,70 em 2018, ou então rendimentos não-tributáveis, como heranças e seguro saúde por exemplo, superiores a R$ 40 mil.

O produtor rural precisa declarar caso sua renda bruta anual seja superior a R$ 142.798,50. Aqueles que investiram na bolsa de valores ou então que a soma de bens ultrapasse R$ 300 mil também são obrigados a fazer a declaração.

Quem não atinge os valores não é obrigado a fazer o IR, mesmo que tenha declarado em anos anteriores.

As pessoas também devem se atentar ao tipo de retificação, que pode ser completa ou então simplificada, onde a Receita Federal oferece 20% de desconto, porém as despesas não são abatidas.

"Todos devem ter muita atenção no preenchimento da declaração, pois qualquer valor colocado no campo errado pode dar problema", comentou Camila Severo Facundo, presidente da Associação das Empresas Contábeis de Guarulhos (AECG).

A AECG representa os principais escritórios de contabilidade da cidade, e possui mais de 40 estabelecimentos cadastrados que fornecem o serviço de preenchimento da declaração. A lista completa pode ser acessada no site www.aecg.com.br.

FOTO: MAYARA NASCIMENTO

STJ forma maioria para reduzir pena de Lula no caso do tríplex

FOTO: HÉLVIO ROMERO

DA REDAÇÃO - A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) formou maioria ontem para reduzir a pena do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso do tríplex do Guarujá para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) havia condenado o petista a 12 anos e um mês de prisão no mesmo caso.

"Não estou julgando histórias pessoais, pessoas que tiveram em diversas situações condutas sérias, estou julgando apenas se houve a prática imputada pelo Ministério Público", disse o presidente do colegiado, Reynaldo Soares da Fonseca, que deu o terceiro voto a favor da redução da pena do petista.

A redução da pena pode abrir caminho para Lula migrar até outubro ao regime semiaberto, aponta o criminalista Daniel Bialski. Desde abril do ano passado, o ex-presidente está preso na superintendência da Polícia Federal em Curitiba. O ex-presidente, no entanto, responde a outros processos e já foi condenado em outro caso, o do sítio de Atibaia, em primeira instância.

Em janeiro deste ano, a juíza Gabriela Hardt condenou Lula a 12 anos e 11 meses por corrupção e lavagem de dinheiro no processo da Lava Jato que apura se o ex-presidente recebeu propina por meio da reforma do sítio. A segunda instância (no caso, o TRF-4) ainda não julgou o petista no caso do sítio.

O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) permite a execução antecipada da pena após condenação em segunda instância, mas o tribunal ainda não julgou o mérito de três ações sobre o tema. Esse julgamento estava marcado originalmente para 10 de abril, mas foi adiado e não há previsão de quando será retomado.

Grupo Rio Brasil vence pregão para fornecer equipamentos para volta da TV Câmara

FOTO: NICO RODRIGUES

LUCY TAMBORINO - A empresa Grupo Rio Brasil venceu, com lance anual de R$ 374,7 mil, o pregão que pretende contratar os serviços de locação de equipamentos de natureza técnica para a Diretoria de Comunicação, Rádio e TV da Câmara Municipal. A medida foi anunciada ontem durante continuidades dos trabalhos na Casa de Leis.

A empresa apresentou a certidão emitida pela Fazenda Municipal que comprovou a regularização de débitos tributários referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O documento anterior estava com o prazo vencido.

Apesar disso, recursos podem ser apresentados até a próxima sexta-feira (26). A TV Câmara está fora do ar desde julho do ano passado. Três empresas participaram do pregão para locação de equipamento: Target Produções, Grupo Rio Brasil e Seegma, com lances anuais de R$ 374 mil, aproximados R$ 374,7 mil e R$ 375 mil, respectivamente.

A Target Produções, que ofertou o menor lance, foi considerada inapta, pois um dos documentos não apresentados poderia ter sido emitido pelo Fácil conforme a Casa de Leis constatou.

Sessão

Depois do feriadão da Semana Santa, os vereadores retornaram às sessões ontem. Durante os trabalhos, eles votaram seis itens pautados na Ordem do Dia. Nenhum item foi deliberado no Grande Expediente, isso porque o primeiro requerimento que solicitava informações referentes ao acesso construído na avenida Paulo Faccini gerou discussões entre os parlamentares. Alguns deles cobram esclarecimentos sobre o estudo para realização da intervenção.

A sessão também contou com discurso da senadora Griselda Lobo, da Colômbia. Ex-guerrilheira, ela busca criar uma rede de parlamentares para lutar por temas como direitos humanos e de livre expressão. "Nós mulheres não estamos dispostas de parir nenhum filho para a guerra", destacou.

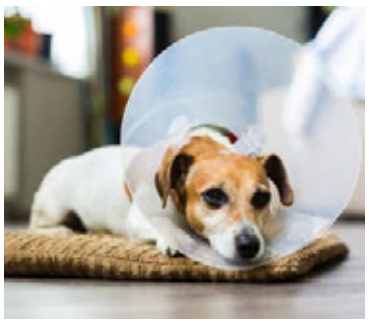
ONG MI&AU REALIZA CASTRAÇÃO DE ANIMAIS COM PREÇOS REDUZIDOS

BAIXO CUSTO

O Projeto Mi&Au realiza campanha de incentivo de controle populacional de cães e gatos através de castração com preços reduzidos para toda a população. A casa realiza o serviço há oito anos e possui selo ambiental, aprovação da prefeitura e reconhecimento internacional.

Os pets residentes em Guarulhos são buscados e levados de volta pra casa em segurança. Quem tiver interesse no serviço e morar fora da cidade, precisa realizar o transporte do animal por conta própria. Já foram castrados e doados mais de 10.000 animais .

Para participar do projeto basta se inscrever pelo site da ONG www.projetomiau.org.br ou então entrar em contato pelo número (11) 2405-3877.



Texto: Mayara Nascimento

Associação de defesa animal Projeto MI&AU
Entre em contato
Fone 2405-3877 / 97456-4664
www.projetomiau.org.br

Lopes supermercados

Supermercados Irmãos Lopes S.A.

CNPJ nº 45.827.425/0001-07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 *(Em milhares de Reais)*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: O Supermercados Irmãos Lopes S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. **Descrição dos Negócios:** Fundado em 1974 no município de Guarulhos o Supermercados Irmãos Lopes S.A. opera 30 lojas no Estado de São Paulo bem como um Centro de Distribuição também no município de Guarulhos. Complementando a sua operação de varejo, a Companhia oferece serviços para seus clientes de entrega a domicílio, recarga de telefones pré-pagos, pagamento de contas em seus caixas bem como cartão de crédito próprio. **Cenário Econômico:** O ano de 2018 foi muito desafiador para a nossa companhia e para a economia brasileira em geral. Acreditamos que foi um ano de interrupção num ciclo de recuperação econômica que timidamente tentava se estabilizar e constatar nos últimos anos. Para o nosso segmento, tivemos que lidar com uma deflação alimentar muito intensa no início do ano até o final do 1º semestre, e que derrubou drasticamente o preço de várias commodities com significativa participação em nossas vendas. Em contra ponto, outras despesas continuaram a apresentar correções positivas de inflação, tais como, correção de salários por dissídio, aluguéis e contas públicas. Desta forma, fomos fortemente impactados em nossa lucratividade, mas ainda assim, revertermos a tendência no último quadrimestre. Acreditamos que em 2018, através de uma nova agenda política que traga maior estabilidade ao país, e com isso volte a gerar empregos e renda à população, podemos ter uma nova diretriz econômica e retomar o crescimento constatado nos anos anteriores. **Desempenho Econômico Financeiro:** No exercício encerrado em 2018, a receita bruta do Lopes foi de R$ 1,3 bilhão, apresentando um aumento de 4,4% quando comparado ao R$ 1,2 bilhão de receita bruta realizada no mesmo período do ano anterior. O custo das mercadorias vendidas e serviços prestados em 2018 foi de R$ 893 milhões, representando 73,9% da receita líquida enquanto que no mesmo período do ano anterior foi de R$ 845 milhões representando 73,3% da receita líquida. Nosso lucro bruto no exercício encerrado em 2018 foi de R$ 316 milhões representando uma margem de 26,1%; no mesmo período do ano anterior o nosso lucro bruto foi de R$ 308 milhões representando uma margem de R$ 26,7%. As despesas com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais no exercício de 2018 foram de R$ 312 milhões apresentando um aumento de 9,5% quando comparado aos R$ 285 milhões do mesmo período no ano anterior. O resultado financeiro líquido em 2018 foi de R$ 13,4 milhões enquanto que no mesmo período do ano anterior foi de R$ 12,5 milhões representando um aumento de 7,4% justificada pela redução das despesas financeiras, tais como: juros sobre capital próprio e encargos financeiros sobre impostos. Tais fatores levaram a uma redução de 51,3% no lucro líquido do exercício sendo R$ 11 milhões em 2018 contra R$ 22,4 milhões no mesmo período do ano anterior. **Agradecimentos:** Ao término de mais um exercício, agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e pela coragem ao enfrentar este ano de desafios, aos acionistas, clientes, fornecedores e mercado financeiro em geral pela confiança depositada nos planos empreendidos pelo Supermercados Irmãos Lopes S.A.

Guarulhos, 22 de abril de 2019

Balanço patrimonial

	Nota	2018	2017
Ativo/Circulante		210.562	227.529
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.824	47.976
Contas a receber de clientes	6	55.681	79.863
Estoques	7	100.843	96.112
Impostos a recuperar		1.615	1.354
Outros créditos	8	2.599	2.224
Não circulante		85.388	73.031
Realizável a longo prazo		22.727	14.811
Depósitos judiciais	20	8.189	6.300
Ativo fiscal diferido	9	12.956	6.861
Outros créditos	8	1.582	1.650
Imobilizado	10	54.130	50.768
Intangível	11	8.531	7.452
Total do ativo		295.950	300.560

	Nota	2018	2017
Passivo/Circulante		204.747	220.820
Fornecedores	13	137.067	141.102
Empréstimos e financiamentos	14	17.732	22.872
Obrigações tributárias	15	8.426	7.898
Obrigações trabalhistas	16	12.901	10.958
Provisões trabalhistas	17	9.989	10.624
IR e CS a recolher	28	1.537	2.929
Parcelamentos tributários	18	3.303	3.784
Dividendos a pagar	21	3.020	8.507
Outras contas a pagar	19	10.772	12.146
Não circulante		61.041	45.020
Empréstimos e financiamentos	14	33.867	22.325
Parcelamentos tributários	18	8.216	12.147
Provisão para riscos processuais	20	10.232	7.112
Outras contas a pagar	19	8.726	3.436
Patrimônio líquido		30.162	34.720
Capital social	21	13.210	13.210
Reserva de capital		24	24
Reserva de lucros		16.928	21.486
Total do passivo e patrimônio líquido		295.950	300.560

Demonstração do resultado

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	1.209.217	1.153.317
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	23	(893.328)	(845.450)
Lucro bruto		315.889	307.867
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas com vendas	24	(231.414)	(209.913)
Despesas gerais e administrativas	25	(86.581)	(81.750)
Provisão para perda de crédito esperada		2.560	(853)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	3.543	7.949
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		3.997	23.300
Receitas financeiras		25.721	28.275
Despesas financeiras		(12.246)	(15.732)
Receitas financeiras líquidas	27	13.475	12.543
Resultado antes dos impostos		17.472	35.843
IR e CS - corrente	28.1	(5.238)	(13.605)
IR e CS - diferido	28.1	(286)	232
Lucro líquido do exercício		10.948	22.470
Lucro por ação		29,43	60,40

Demonstração do resultado abrangente

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.948	22.470
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	10.948	22.470

• Apresentação das receitas por desempenho; e • Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros. **3.1** ***Adoção do CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:*** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substituiu o IAS 18/CPC 30 - *Receitas*, IAS 11/CPC 17 - *Contratos de Construção* e a IFRIC 13 - *Programas de Fidelidade como o Cliente*. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas. A aplicação do CPC 47 não teve um impacto na contabilização das vendas e outras receitas da Companhia. Os detalhes das políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores em relação aos diversos bens e serviços da Companhia estão descritos abaixo: ***Vendas de mercadoria:*** As receitas da Companhia advêm principalmente da venda de mercadorias nas suas lojas para clientes finais. Para essa venda, considera-da sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente no pagamento da compra pelo cliente no checkout das lojas. Portanto, não tem diferença com o momento em que os riscos e benefícios eram considerados transferidos de acordo com CPC 30/IAS 18. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. O CPC 47 não teve impacto nas políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadoria. ***Comissões e vendas de serviços:*** A Companhia atua como intermediário na venda de serviços, tais como: correspondente bancário, recarga de celular e serviços de carga e descarga. A Companhia, atuando como agente, reconhece a receita sobre esses serviços e comissões líquida dos respectivos custos, no momento em que o serviço tiver sido prestado, quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia, e quando puder ser mensurada de forma confiável. O valor desse serviço em 31 de dezembro 2018 representa R$ 2.790 (R$ 1.347 em 31 de dezembro 2017). O CPC 47 não teve impacto nas políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento das vendas de serviços e comissões. ***Transição:*** A Companhia adotou o CPC 47, usando o método retrospectivo, ou seja, com adoção inicial da norma em 1/01/2018, sem reapresentação dos períodos anteriores. Consequentemente, as informações apresentadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2017 não estão em conformidade com os requerimentos do CPC 47, mas foram apresentadas conforme reportadas anteriormente em conformidade com o CPC 30/IAS 18, CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. **3.2** ***Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros:*** O CPC 48 descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. O CPC 48 estabelece: • uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa (parte I); • um novo modelo de perda de crédito "impairment" para os ativos financeiros, com base nas perdas de crédito esperadas, em oposição ao modelo "perdas incorridas" atualmente aplicável do CPC 38 (parte II); e • novos princípios e a simplificação dos requisitos para as relações de contabilidade de hedge (parte III), para alinhá-las com a estratégia de gestão de risco da Companhia. Porém, o CPC 48 não substitui os requerimentos para "macro hedge accounting". A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. A Companhia foi principalmente impactada pelas mudanças introduzidas pela segunda parte do CPC 48, que define a mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos financeiros. Os detalhes sobre a aplicação dessa nova norma e seus impactos estão descritos abaixo: ***Parte I - Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros:*** O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento é registrado no resultado. **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao VJORA:** Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais ao VJORA:** Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Sob CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48). Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber, sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação ou créditos concedidos aos clientes pelo segmento de Soluções Financeiras) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º/01/2018. O valor contábil dos ativos em 1 de janeiro 2018 sob CPC 48 contempla o efeito dos novos requerimentos de *impairment*, como explicado adiante (parte II).

Ativos financeiros (Circulante/ Não circulante)	Classificação original CPC 38	Nova classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

Parte II - Perda no valor recuperável de ativos financeiros: O CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada, implicando que as perdas de créditos são reconhecidas mais cedo sob CPC 48 que sob CPC 38. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados a VJORA, e ativos contratuais reconhecidos de acordo com CPC 47, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR. Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. ***Segmento de Varejo:*** A Companhia optou por mensurar *as provisões para perdas com contas a receber* de cartão de crédito por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para estas contas foi aplicado uma matriz de perdas, como expediente prático permitido pela norma CPC 48. O expediente prático se baseia em perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados. As mensurações das perdas de crédito esperadas são estimativas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. Na adoção do CPC 48, a Companhia realizou o cálculo da matriz das taxas de perda de crédito esperada separadamente para cada carteira de contas a receber de cartão de crédito com características similares de status de inadimplência e histórico de perdas. ***Inadimplência e problema de recuperação de crédito:*** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias de atraso. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. ***Apresentação da provisão para perda de perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da Companhia da seguinte forma: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos. ***Impacto do novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável:*** Para ativos no escopo do modelo de perdas do CPC 48, as perdas de valor recuperável devem aumentar e se tornar mais voláteis. A aplicação dos requerimentos de perdas por redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 nos ativos da Companhia resultaram em uma provisão adicional de R$ 18.767 como dedução do valor contábil bruto dos ativos. Os impactos da aplicação do CPC48 para as perdas por impairment em 1º de janeiro de 2018 são apresentadas abaixo:

(Em milhares de Reais)	CPC 48/ IAS 39	CPC 48	Efeito adoção inicial
PCLD sobre contas a receber	2.985	18.767	18.767
Total	2.985	18.767	18.767

Em 1º/01/2018, o impacto total de provisão adicional foi de R$ 18.767. O impacto líquido reconhecido no Patrimônio Líquido em 1º/01/2018 foi de R$ 12.386. **Transição:** As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas de maneira retrospectiva, sem retratação do passado. As diferenças nos valores contábeis de ativos decorrentes da adoção da norma foram reconhecidas em lucros acumulados em 1º/01/2018. Desta forma, as informações apresentadas do exercício findo em 31/12/2017 estão de acordo com o CPC 38, portanto, as notas explicativas acima são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2018. As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data de aplicação inicial: • a determinação do modelo de negócios dentro de qual um ativo financeiro é mantido; e • as determinações das premissas para estimativas de perda esperada dos valores recuperáveis. **4. Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita:** ***(i) Venda de mercadorias:*** A receita operacional da Companhia é reconhecida no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes que ocorre principalmente no pagamento da compra pelo cliente no checkout das lojas. Portanto, não tem diferença com o momento em que riscos e benefícios eram considerados transferidos de acordo com CPC 30. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. O CPC 47 não teve impacto nas políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadoria. ***(ii) Receita de aluguel:*** A receita de aluguel de sublocação de espaço é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de propriedade subarrendada é reconhecida como outras receitas. ***(iii) Bonificação:*** A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos e é reconhecida pelo regime de competência na rubrica de custos das mercadorias vendidas, como redutora. O contrato ou acordo assinado pode ter as seguintes características: **Contrato comercial** - contrato assinado com fornecedor onde são negociados os seguintes itens: volume de compras dentro do mês, fidelização, propaganda cooperativada, troca zero, crescimento trimestral, aniversário, inauguração e espaço de ponta de gôndola/ilha. O percentual dos itens descritos acima pode variar conforme a negociação individual por fornecedor; e **Acordo plus** - acordo assinado com fornecedores pontualmente, de acordo com os seguintes itens: negociação em volume maior, espaço extra de ilha, ponta de gôndola e ações promocionais. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre a operação de Cartão de Crédito Lopes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida, quando aplicável. **c. Benefício a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Nenhum outro benefício de longo prazo ou pós-emprego é concedido aos empregados da Companhia. **d. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. ***(i) Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. ***(ii) Imposto diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel (MPM) e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Categoria do Ativos	Taxa de depreciação anual
Máquinas e equipamentos	5 a 25%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Comunicação visual	20%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **g. Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros e fundo de comércio. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis com vida útil

continua →

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reservas para investimentos	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		540	24	108	21.184	12.838	34.130	–	34.694
Redução patrimônio líquido - Cisão Parcial	1.a	(168)	–	–	(15.872)	–	(15.872)	–	(16.040)
Transferência para aumento de capital		12.838	–	–	–	(12.838)	(12.838)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	22.470	22.470
Reserva legal	21.b	–	–	1.123	–	–	1.123	(1.123)	–
Distribuição de dividendos obrigatórios	21.c	–	–	–	–	–	–	(6.404)	(6.404)
Reserva estatutária - Investimentos propostos	21.b	–	–	–	–	4.483	4.483	(4.483)	–
Transferência para lucros a realizar	21.b	–	–	–	10.460	–	10.460	(10.460)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		13.210	24	1.231	15.772	4.483	21.486	–	34.720
Efeito da adoção inicial do CPC 48 líquido de impostos	21.b	–	–	–	(12.386)	–	(12.386)	–	(12.386)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	10.948	10.948
Reserva legal	21.b	–	–	547	–	–	547	(547)	–
Distribuição de dividendos obrigatórios	21.c	–	–	–	–	–	–	(3.120)	(3.120)
Reserva estatutária - Investimentos propostos	21.b	–	–	–	–	2.184	2.184	(2.184)	–
Transferência para lucros a realizar	21.b	–	–	–	5.097	–	5.097	(5.097)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		13.210	24	1.778	8.483	6.667	16.928	–	30.162

Demonstração do fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2018	2017
Lucro líquido do exercício		10.948	22.470
Ajustes por: Depreciação e amortização	10 e 11	10.905	11.145
Provisão para riscos processuais	20	4.598	202
IR e CS correntes	28.1	6.238	13.605
IR e CS diferidos	9	286	(232)
Provisão para perdas de estoque	7	(364)	695
Provisão para perda de créditos esperada	6.2	2.560	853
Juros provisionados	14.2	5.002	6.515
Custo do imobilizado baixado	10	385	12
		40.558	55.265
Variações em: Contas a receber de clientes	6	2.855	(834)
Estoques	7	(4.367)	(21.373)
Impostos a recuperar		(261)	(767)
Depósitos judiciais	20.4	(1.889)	(2.692)
Outros créditos	8	(307)	(662)
Fornecedores	13	(4.035)	15.395
Obrigações e provisões trabalhistas	16	1.308	2.668
Obrigações tributárias	15	528	2.767
Parcelamentos tributários	18	(4.412)	1.605
Riscos processuais	20	(1.478)	(6.251)
Outras contas a pagar	19	3.916	9.906
		(8.142)	(218)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		32.416	55.047
Juros pagos	14.2	(4.261)	(6.434)
IR e contribuição social pagos	28.2	(7.630)	(14.293)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		20.525	34.320
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado (nota (a))	10	(7.767)	(16.350)
Aquisições de intangível (nota (b))	11	(2.356)	(708)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(10.123)	(17.058)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	14.2	26.646	32.395
Amortização de empréstimos e financiamentos	14.2	(26.593)	(30.455)
Pagamento de dividendos	21.c	(8.607)	(5.300)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(8.554)	(3.360)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.848	13.902
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (em 2016 considera o efeito da conta garantida)	5	47.976	34.074
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	49.824	47.976
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.848	13.902

Divulgação adicional - transação não caixa

(a) Aquisição de ativo imobilizado por meio de leasing no montante de R$ 4.340. (b) Aquisição de intangível por meio de leasing no montante de R$ 1.268.

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do Supermercados Irmãos Lopes S.A.

definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. Os ativos intangíveis de vida útil definida representados pelos fundos de comércio são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo intangível para o exercício corrente são as seguintes:

Categoria dos intangíveis	Taxa de amortização anual
Fundo de comércio	11%
Software	20%

h. Instrumentos financeiros: ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º/01/2018.* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 29 (a)). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º/01/2018:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º/01/2018:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º/01/2018: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em CRA e nunca são reclassificados para o resultado. *Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1.01.2018:* A Companhia classificou os ativos financeiros e passivos financeiros nas seguintes categorias: • empréstimos e recebíveis; e • outros passivos financeiros. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Capital social:*** As ações são classificadas como capital social dentro do grupo patrimônio líquido. Todas e qualquer alterações são informadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **j. Redução ao valor recuperável:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Política aplicável a partir de 1º/01/2018:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A política da Companhia para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando: Os títulos em aberto por um período superior a 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do cliente; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 180 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; • o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *Política aplicável a partir de 1º/01/2018:* A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k. Arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. ***(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento:*** No início do contrato, a Companhia determina se o contrato é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação da Companhia. ***(ii) Ativos arrendados:*** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. ***(iii) Pagamentos de arrendamentos:*** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **l. Novas normas e Interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1º/01/2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). ***CPC 06 (R2) - Arrendamentos:*** Principais disposições e consequências para a Companhia: O CPC 06 (R2), que substitui a partir de 1º/01/2019 o CPC 06 (R1) - Arrendamentos e interpretações, introduz importantes mudanças na contabilização dos contratos de aluguel por parte do locatário, removendo para este último, a distinção entre locações operacionais e locações financeiras. De acordo com a nova norma, todos os contratos de arrendamento devem ser reconhecidos no balanço por meio de um ativo que representa o direito de usar o ativo arrendado em troca de uma dívida correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento por prazo razoavelmente certo de contratação. O CPC 06 (R2) também afetará a apresentação dessas transações na demonstração do resultado (reconhecimento de uma despesa de amortização e despesa de juros, ao invés da despesa de arrendamento) e a demonstração dos fluxos de caixa que passará a apresentar o pagamento de juros e dívida (fluxos de caixa das atividades de financiamento) ao invés de pagamento de arrendamento (fluxos de caixa das atividades operacionais). A Companhia optará pelo método retrospectivo simplificado a partir de 1º/01/2019. As demonstrações financeiras de 2018 não serão reapresentadas. Além disso, a Companhia aplicará as duas isenções propostas pela norma para bens de baixo valor, bem como contratos de curto prazo (menos de 12 meses). Do total de 30 lojas do segmento de Varejo, 1 centro de distribuição, 1 sede e 19 estacionamentos são 100% locados. Os ativos arrendados correspondem a principalmente a ativos imobiliários (aproximadamente 56 contratos). Estes contratos referem-se a aluguel de lojas, centros de distribuição, sede e estacionamentos das lojas. A Companhia levará em consideração ao determinar o período razoavelmente certo de uso dos bens arrendados as características relacionadas aos diferentes tipos de lojas e estacionamentos. Serão consideradas as seguintes características: a rentabilidade das lojas, a existência de investimentos recentes nas lojas e a existência de locais alternativos para as lojas. Na data de adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia aplicará a taxa de empréstimo marginal aos vários contratos. Após a data de transição, será aplicada a taxa implícita do contrato, se identificável, em caso contrário, a taxa de empréstimo marginal será aplicada. Em paralelo, a Companhia iniciou o levantamento dos contratos existentes a fim de realizar o cálculo e a geração dos dados necessários para a contabilização de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2). Devido a que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, levantamento dos contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação (que depende em particular, de cada tipo de ativo subjacente), e a metodologia para o cálculo das taxas e os descontos, a Companhia considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data de adoção inicial (1º/01/2019) na data destas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2018	2017
Caixa	1.787	1.781
Bancos	3.565	6.370
Contas a receber - cartões de débito (a)	5.603	5.708
Numerários em trânsito	5.835	7.783
Aplicações financeiras (b)	33.034	26.334
	49.824	47.976

(a) As administradoras disponibilizam esses montantes no dia posterior (D+1) após a realização da venda por cartão de débito das lojas. (b) As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos em renda fixa no mercado nacional e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) os quais refletem as condições usuais de mercado. Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Companhia. A Companhia classifica suas aplicações financeiras, a seguir demonstradas, como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto quando indicado de outra forma.

	2018	2017
TCM Renda Fixa	1.231	9.707
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	31.803	16.627
	33.034	26.334

As aplicações financeiras são de liquidez imediata (Aplicações Automática) e de curto prazo (Renda Fixa), cuja rentabilidade dos investimentos aproxima-se com as do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Por ter liquidez imediata e de curto prazo, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. O rendimento médio foi de 1,24% a.a. para as operações de liquidez diária e 5,83% a.a. para as operações de curto prazo em 2018 e aproximadamente 2,70% a.a. em 2017, ambos acima do CDI.

6. Contas a receber de clientes:

	2018	2017
Cartões de crédito a receber terceiros (a)	16.197	20.326
Cartão de crédito a receber Cartão Lopes (a)	46.798	50.306
Cheques	13	28
	2018	**2017**
Tickets a receber	9.866	10.323
Outros	1.999	1.865
Provisão para perda de crédito esperada (b)	(19.192)	(2.985)
	55.681	79.863

(a) As vendas por cartão de crédito são recebidas das companhias operadoras de cartão e carteira própria, em média, 30 dias após a realização da venda. (b) A provisão para perda de crédito esperada é constituída sobre o total da carteira própria denominada Cartão Lopes. O aumento da provisão para perda de crédito esperada refere-se ao efeito da aplicação da norma CPC 48 com adoção inicial em 1º/01/2018. **6.1 Composição das contas a receber por período de vencimento: Contas a receber cartões de terceiros, cheques, tickets a receceber e outros:**

	2018	2017
A vencer	26.012	31.751
Vencidos até 60 dias	1.786	385
Vencidos de 61 a 90 dias	63	120
Vencidos de 91 a 180 dias	214	286
	28.075	32.542
Contas a receber Cartão Lopes	**2018**	**2017**
A vencer	37.252	38.933
Vencidos até 60 dias	3.586	3.721
Vencidos de 61 a 90 dias	1.646	2.115
Vencidos de 91 a 180 dias	4.314	5.537
	46.798	50.306

6.2 Movimentação da provisão para perda de crédito esperada:

	2018	2017
Saldo inicial	(2.985)	(2.132)
Provisão para perda de crédito esperada	(21.210)	(30.219)
Reversão para perda de crédito esperada	23.770	29.366
Efeito adoção inicial CPC 48 nota 3.2	(18.767)	–
Saldo final	(19.192)	(2.985)

A Companhia possui política contábil de constituição de provisão para perda de crédito esperada de acordo com o percentual de perda histórica por faixa de aging list e para os valores vencidos acima de 180 dias é efetuado a baixa de 100%. O montante lançado na conta de despesas com vendas em 31/12/2018 foi de R$ 20.272 (R$ 16.817 em 31/12/2017).

7. Estoques:

	2018	2017
Mercadorias	99.209	95.164
Embalagens	1.440	835
Material de uso e consumo	194	113
	100.843	96.112

A movimentação da provisão para perdas de estoques (quebra de inventário) é:

	2018	2017
Saldo inicial	(1.978)	(1.283)
Provisão no exercício	(2.253)	(1.978)
Reversão de provisão no exercício	2.617	1.283
Saldo final	(1.614)	(1.978)

A Companhia não constitui provisão de realização para os itens em que promovem liquidação as quais, pelo menos, o custo da mercadoria é recuperado, quando a mercadoria estiver incompatível com o giro médio esperado para a época e o item do estoque, bem como para os itens não vendáveis que são baixados diretamente no resultado do exercício.

8. Outros créditos:

	2018	2017
Adiantamento a funcionários	895	932
Adiantamento a fornecedores	119	127
Créditos com precatórios	1.524	1.524
Outras	58	126
Despesas antecipadas	1.584	1.165
Total	4.181	3.874
Circulante	2.599	2.224
Não Circulante	1.582	1.650

9. Ativo fiscal diferido:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	5.358	3.635
Provisão para perda de crédito esperada	6.525	1.015
Provisão para pagamentos a funcionários (PPR)	198	475
Provisão para perda com estoques - quebras de inventário	549	673
Outras diferenças temporárias	326	1.063
Total ativo	12.956	6.861
Movimentação do saldo		
Saldo inicial	6.861	6.629
Efeito no resultado	(286)	232
Efeito da adoção inicial CPC 48	6.381	–
Saldo final	12.956	6.861

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados, quando aplicável, não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais foram reconhecidos para a totalidade das diferenças temporárias, pois são considerados que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a utilização desses créditos. A variação positiva de R$ 6.095 em relação a 31/12/2017 está principalmente relacionada ao reconhecimento de R$ 6.381 de impostos diferidos ativos (contra partida no patrimônio líquido) decorrente a adoção da norma CPC 48 em 1º/01/2018.

10. Imobilizado:

Custo	Edifícios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalação	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	11.450	28.589	2.592	3.520	53.657	2.504	6.483	68	108.863
Adições (i)	–	268	566	4.462	10.489	133	–	9.101	25.019
Transferências	632	3.778	–	–	–	–	–	(4.410)	–
Baixas	(12.082)	–	–	–	(315)	(32)	(6.483)	–	(18.912)
Em 31 de dezembro de 2017	–	32.635	3.158	7.982	63.831	2.605	–	4.759	114.970
Adições (i)	–	1.836	385	2.060	5.823	173	–	1.830	12.107
Transferências	–	3.070	–	9	3.254	–	–	(6.333)	–
Baixas (ii)	–	(798)	(22)	(62)	(1.713)	(722)	–	–	(3.317)
Em 31 de dezembro de 2018	–	36.743	3.521	9.989	71.195	2.056	–	256	123.760
Depreciação acumulada									
Em 31 de dezembro de 2016	(2.297)	(17.736)	(1.469)	(2.486)	(32.465)	(2.113)	–	–	(58.566)
Adições	(229)	(2.333)	(241)	(319)	(5.059)	(316)	–	–	(8.497)
Baixas	2.526	–	–	–	304	31	–	–	2.861
Em 31 de dezembro de 2017	–	(20.069)	(1.710)	(2.805)	(37.220)	(2.398)	–	–	(64.202)
Adições	–	(2.654)	(292)	(840)	(4.317)	(57)	–	–	(8.360)
Baixas	–	672	21	39	1.543	657	–	–	2.932
Em 31 de dezembro de 2018	–	(22.251)	(1.981)	(3.606)	(39.994)	(1.798)	–	–	(69.630)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2017	–	12.566	1.448	5.177	26.611	207	–	4.759	50.768
Em 31 de dezembro de 2018	–	14.492	1.540	6.383	31.201	258	–	256	54.130

(i) Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R$ 12.107, dos quais R$ 7.767 foram pagos durante o exercício, restando R$ 4.340 a pagar, por meio de leasing. A Companhia possui parte de seus ativos dados em garantias em seus financiamentos bancários, sendo basicamente representados pelo imóvel da unidade de Jandira e demais ativos até o limite do respectivo financiamento recebido.

11. Intangível:

Custo	Software	Fundo de comércio (a)	Outros (b)	Total
Em 31/12/2016	8.808	19.617	4.771	33.196
Adições	113	–	595	708
Transferências	1.909	–	(1.909)	–
Baixas	–	–	–	–
Em 31/12/2017	10.830	19.617	3.457	33.904
Adições	1.415	–	2.209	3.624
Transferências	1.836	–	(1.836)	–
Baixas	(17)	–	(150)	(167)
Em 31/12/2018	14.064	19.617	3.680	37.361
Amortização acumulada				
Em 31/12/2016	(6.330)	(14.880)	(2.594)	(23.804)
Adições	(1.399)	(1.169)	(80)	(2.648)
Baixas	–	–	–	–
Em 31/12/2017	(7.729)	(16.049)	(2.674)	(26.452)
Adições	(1.429)	(1.081)	(35)	(2.545)
Baixas	17	–	150	167
Em 31/12/2018	(9.141)	(17.130)	(2.559)	(28.830)
Valor contábil líquido				
Em 31/12/2017	3.101	3.568	783	7.452
Em 31/12/2018	4.923	2.487	1.121	8.531

(a) Refere-se aos pontos comerciais das lojas Marinópolis, Amélia Rodrigues, Vila Piauí, Jardim Roberto e Jardim D'Abril. (b) Itens de intangível em andamento têm por natureza projetos de melhorias no sistema operacional SAP da Companhia. **12. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos, assim como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, compreendem operações de locação de imóveis, empréstimos por mútuo com seus acionistas e profissionais-chave da administração, como segue:

Resultado (despesa com vendas)	2018	2017
Despesas de aluguel: AGPJ Administração Imobiliária Ltda.	3.700	3.455
JPGA Administração Imobiliária Ltda.	2.875	1.198
	6.575	4.653

Em 2018 e 2017, a Companhia apropriou pagamentos de aluguéis classificados nos respectivos montantes informados acima para a AGPJ Administração Imobiliária Ltda.("AGPJ"), composta por sócios cotistas da própria Companhia. A AGPJ é proprietária de imóveis utilizados em sua operação (unidade bairro Tranquilidade, São João, Macedo, Emílio Ribas e Matriz). Em 2018 e 2017, a Companhia apropriou pagamentos de aluguéis classificados nos respectivos montantes informados acima para a JPGA Administração Imobiliária Ltda.("JPGA"), composta por sócios cotistas da própria Companhia. A JPGA é proprietária de imóveis utilizados em sua operação (unidade bairro Vila Mercedes e Parque Boa Esperança). Abaixo demonstramos os compromisso futuros associados a esses contratos:

	Compromissos 2018	Compromissos 2017
Menos de um ano	5.854	5.819
Entre um e cinco anos	16.714	20.161
Mais de cinco anos	7.905	10.780
	30.473	36.760

O prazo de arrendamento mercantil operacional é de 10 anos, sendo assim o saldo se reduz na medida em que os pagamentos ocorrem. Estes arrendamentos são corrigidos de acordo com índices de mercado usualmente praticados. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2018 alcançou o montante de R$ 5.740 (R$ 4.299 em 31/12/2017) valor composto somente por pró-labore e benefícios de curto prazo. A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

13. Fornecedores:

	2018	2017
Fornecedores nacionais	136.890	141.102
Fornecedores estrangeiros	177	–
	137.067	141.102

Os saldos de fornecedores referem-se exclusivamente aos valores a pagar de fornecedores de mercadorias para revenda.

14. Empréstimos e financiamentos: 14.1 Composição:

Instituição financeira	Taxa de correção	Modalidade	Vencimento final	2018	2017
Banco Safra S.A.	CDI+0,29 a.m.	Capital de giro	2019	5.074	9.426
Itaú Unibanco S.A.	CDI+0,38% a 0,49% a.m.	Capital de giro	2018	–	6.358
Banco Safra S.A.	2,5% a.a. TJLP 5,5% a.a. +2,5% a.a.	Finame	2018	–	25
Banco Safra S.A.	BNDES+1,5% a.a. TJLP 5,5% a.a.	BNDES	2019	100	682
Itaú Unibanco S.A.	+2,5% a.a. BNDES+0,5% a.a.	BNDES	2019	65	362
Banco Bradesco S.A.	5,50% a.a.	Finame	2019	–	159
SG Equipament Finance	CDI+0,22% a.m.	Leasing	2020	1.021	1.842
Banco ABC Brasil S/A	CDI+0,31 a 0,35% a.m.	Capital de giro	2022	18.703	7.991
Banco Citibank S/A	CDI+0,27% a.m.	Capital de giro	2019	3.521	8.218
Banco do Brasil S/A	CDI+0,20% a.m.	Capital de giro	2022	10.000	–
Banco Citibank S/A	CDI+0,27% a.m.	Leasing	2023	509	–
HP Financial Services	1,02% a.m.	Leasing	2023	582	–
Banco Safra S/A	CDI+0,27% a.m.	Leasing	2023	5.490	5.915
Banco Daycoval S.A.	CDI+0,32% a.m.	Leasing	2023	8.503	4.759
				53.568	45.737
Custos de transação				(1.969)	(540)
				51.599	45.197
Circulante				17.732	22.872
Não circulante				33.867	22.325
				51.599	45.197

A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de leasing de máquinas e equipamentos, com prazos de vencimento entre 36 e 60 meses, sendo os bens adquiridos ao final do contrato. A Companhia assina promissórias para a garantia nas operações de leasing. Os contratos de capital de giro e empréstimo têm prazo médio de 36 meses, podendo ser renovados sem cláusulas de convenants.

14.2 Movimentação dos exercícios:	2018	2017
Saldo inicial	45.197	34.507
(+) Captações	32.254	41.064
(+) Juros e custo da transação	5.002	6.515
(–) Amortizações do principal	(26.593)

Em sete edições, Blitz da Lei Seca fiscaliza 3.373 motoristas em Guarulhos

DA REDAÇÃO - Em sete edições, a Blitz Integrada da Lei Seca "Tolerância Zero" já atingiu números que superaram todas as expectativas iniciais em Guarulhos. Ao todo, 3.373 motoristas foram fiscalizados, com 267 autuações por alcoolemia, 17 flagrantes criminais, 68 CNH recolhidas, 44 veículos recolhidos ao pátio, 240 exames toxicológicos realizados, além da distribuição de 520 kits educativos.

FOTO: DIVULGAÇÃO/PMG

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do Supermercados Irmãos Lopes S.A.

a reabertura do prazo instituído no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei 11.941. Em 18/06/2014, a Companhia fez a migração dos parcelamentos Ordinários de acordo com a Lei 12.996. A adesão foi feita no prazo de 120 meses. O benefício do Refis foi de R$ 1.698 no resultado do exercício de 2014. (c) A Lei 13.496 instituiu por meio do art. 1º o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de dívidas fiscais federais (PIS, COFINS , CSLL e IRPJ) e previdenciárias vencidas até 30/04/2017, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal. Diante disso, a Companhia aderiu ao parcelamento. A consolidação dos débitos da PGFN ocorreu na data de adesão, os débitos previdenciários foram consolidados em Agosto/18 e a consolidação RFB ocorreu em Dezembro/18. A Companhia optou pelo pagamento em 145 parcelas mensais no valor de R$ 36. O montante pago contabiliza-

20. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais:

	2017					2018				
	2016	Adições	Baixas/Pagamentos	Reversões	2017	2017	Adições	Baixas/Pagamentos	Reversões	2018
Tributária	9.231	1.029	(4.499)	(1.438)	4.323	4.323	7.420	(295)	(4.702)	6.746
Trabalhistas	3.241	2.089	(1.685)	(1.556)	2.089	2.089	3.174	(848)	(1.731)	2.684
Cíveis	684	699	(67)	(617)	699	699	818	(335)	(381)	802
Criminal	4	–	–	(4)	–	–	–	–	–	–
	13.160	3.817	(6.251)	(3.615)	7.112	7.112	11.412	(1.478)	(6.814)	10.232

20.1 Processos de natureza tributária: A Companhia possui demandas tributárias que, após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autos de infração fiscais; (ii) multas de natureza municipal; (iii) auto de infração de ICMS; e (iv) outros assuntos de menor expressão. A Companhia está contestando judicialmente, desde agosto de 2015, o recolhimento da contribuição social de 10% sobre o total do FGTS depositado durante a vigência do contrato de trabalho, pois a Lei Complementar que o previu é inconstitucional e teve a sua finalidade esgotada, determinada pela recomposição das perdas causadas pelos expurgos inflacionários do Plano Verão e Plano Collor. O processo está pendente de decisão final e enquanto isto a Companhia deposita mensalmente e de forma vinculada ao processo os respectivos valores que deveriam ser recolhidos caso a medida não tivesse sido tomada. A Companhia entrou com ação em agosto de 2015 requerendo a nulidade do Decreto 8.426/2015 que aumentou a alíquota do PIS e COFINS de 0 para 0,65% e 4%, respectivamente, Incidentes sobre receitas financeiras, para declarar a sua inconstitucionalidade, fazendo com que o Lopes se submeta ao Decreto anterior 5.442/2005 com alíquota 0, enquanto isto a Companhia deposita mensalmente os valores judicialmente, cujo saldo do PIS em 31/12/2018 é de R$ 613 (R$ 447 em 31/12/2017) e o saldo da COFINS em 31/12/2018 é de R$ 3.771 (R$ 2.692 em 31/12/2017). **20.2 Processos de natureza trabalhista:** A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios, em que os principais objetos referem-se à jornada extra de trabalho e atualização de cálculos das indenizações trabalhistas (horas extras e reflexos, décimo terceiro, férias e adicional de 1/3 e encargos correspondentes sobre tais verbas). **20.3 Processos de natureza cível:** A Companhia responde a ações de natureza cível na sua maioria decorrentes de reclamações de clientes com danos morais e materiais e assuntos relacionados a cobrança. **20.4 Depósitos judiciais:** A Companhia está contestando obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, cujo saldo em 31/12/2018 é de R$ 8.189 (R$ 6.300 em 31/12/2017). ***Processos com classificação de perda avaliada como possível:*** Os principais processos da Companhia são de natureza tributária, nos quais se discute a dedutibilidade do IRPJ e CSLL, a retenção de IRRF, contribuições previdenciárias (INSS), bem como a realização de compensação de PIS e COFINS, constam também processos de natureza cível e trabalhista de menor expressão. O total dos processos de probabilidade de perda possível na opinião dos assessores jurídicos, em 31/12/2018 é no montante de R$ 15.354 (R$ 18.847 em 31/12/2017). **21. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social integralizado está dividido em ações ordinárias, sendo o valor total de R$ 13.210.295,00 e valor nominal unitário de R$ 35,51 (trinta e cinco reais, cinquenta e um centavos), distribuído entre os acionistas como segue:

Acionistas	Classe das Ações	Ações
Brasprime Participações Ltda.	Classe A	93.000
Geraldo Lopes Batista	Classe B	93.000
João Lopes Batista	Classe C	93.000
Pedro Lopes Brandão	Classe D	93.000
Ações em tesouraria	Classe E	3
		372.003

b. Reservas: (i) Reserva legal: constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observando o limite de 20% do capital social. **(ii) Reserva para investimentos:** constituída mediante a apropriação de montante fixado pelo estatuto da Companhia, sendo calculado após as apropriações determinadas em lei e suportado por orçamento aprovado em assembleia. **(iii) Reserva de lucros a realizar:** constituída de acordo com estatuto da Companhia, ficando esta reserva à disposição conforme aprovação em assembléia. **Efeito da adoção inicial da norma CPC 48:** Os efeitos da adoção inicial em 1º/01/2018 da norma CPC 48 foram reconhecidos na reserva de lucros a realizar por um total de R$ 12.386, líquidos de impostos. **c. Destinação do lucro líquido:** Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares das ações ordinárias possuem direitos a dividendos de, no mínimo, 30% sobre o lucro líquido ajustado dos exercícios. Conforme proposta da Diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, será distribuído como dividendos o montante de R$ 3.120 em 2018 (R$ 8.507 em 2017). Os dividendos foram calculados conforme quadro abaixo. ***Memória de cálculo dos dividendos estatutários obrigatórios:***

Exercício	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.948	22.470
Reserva legal (a)	(547)	(1.123)
Lucro líquido ajustado	10.401	21.348
Dividendos estatutários obrigatórios - 30%	3.120	6.404
Juros sobre Capital Próprio	–	2.103
Remuneração total dos acionistas	3.120	8.507
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial	8.507	5.300
Constituição de dividendos a pagar	3.120	6.404
Juros sobre capital próprio (pagos) a pagar	(2.103)	2.103
Pagamentos efetuados no exercício	(6.504)	(5.300)
Saldo final a pagar	3.020	8.507

(a) Reserva legal constituída 5% sobre o lucro líquido do exercício.

22. Receita operacional líquida:

	2018	2017
Vendas de produtos	1.299.883	1.244.655
Serviços	2.780	1.347
Tributos sobre vendas e serviços	(84.107)	(84.145)
Devoluções e cancelamentos	(9.339)	(3.540)
	1.209.217	1.153.317

23. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados:

	2018	2017
Custo da mercadoria vendida	(854.686)	(812.856)
Outros custos	(38.642)	(32.594)
	(893.328)	(845.450)

A Companhia reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável.

24. Despesas com vendas:

	2018	2017
Despesas com pessoal	(128.654)	(119.159)
Despesas com aluguel	(30.624)	(28.406)
Despesas com administração de cartões	(15.561)	(13.930)
Despesas de funcionamento	(15.751)	(13.513)
Despesas com propaganda	(10.534)	(8.763)
Outras despesas comerciais	(30.290)	(26.142)
	(231.414)	(209.913)

25. Despesas gerais e administrativas:

	2018	2017
Despesas com pessoal	(29.713)	(23.817)
Despesas com serviços terceiros	(13.654)	(15.007)
Depreciação e amortização	(10.643)	(10.919)
Despesas com manutenção	(7.192)	(7.211)
Despesas material de expediente/uso e consumo	(6.242)	(6.682)
Impostos e taxas	(1.843)	(2.418)
Despesas de funcionamento	(2.960)	(2.724)
Locação de equipamentos	(2.976)	(1.778)
Transporte de valores	(1.542)	(1.622)
Condomínio	(890)	–
Despesas com seguros	(684)	(528)
Outras despesas	(8.242)	(9.044)
	(86.581)	(81.750)

26. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas:

	2018	2017
Multa e auto de infração (i)	(82)	(564)
Resultado com baixo ativo imobilizado	112	29
Receita com aluguéis (ii)	8.044	7.322
Provisão/reversão processo tributário	(2.597)	417
Outras receitas (despesas) (iii)	(1.934)	745
	3.543	7.949

(i) Multa Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) e infração Estadual. (ii) Receitas com subloocação de espaço no interior das lojas para terceiros. (iii) Receitas com Cartão Lopes, PIS e COFINS sobre outras receitas, provisões processos trabalhistas e cíveis.

27. Receitas financeiras líquidas:

	2018	2017
Receitas financeiras: Juros sobre recebíveis	24.723	26.896
Rendimento aplicação financeira	553	246
Descontos financeiros obtidos	134	457
Outras receitas	311	676
	25.721	28.275
Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos	(7.154)	(7.429)
Encargos financeiros sobre contingências e IRPJ/CSLL/PIS/COFINS parcelados	(1.901)	(4.402)
se Despesas bancárias	(2.163)	(520)
Juros arrendamento mercantil	(392)	(253)
Outras despesas	(636)	(3.128)
	(12.246)	(15.732)
Receitas financeiras líquidas	13.475	12.543

28. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido:

28.1 Conciliação da alíquota efetiva do IR e CS:	2018	2017
Lucro contábil antes do IR e da CS	17.472	35.843
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e CS à alíquota nominal	(5.940)	(12.186)
Adições e exclusões: Multas, brindes, doações e despesas com pessoal indedutíveis	(2.008)	(1.632)
Outras	1.424	445
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(6.524)	(13.373)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:		
Corrente	(6.238)	(13.605)
Diferido	(286)	232
	(6.524)	(13.373)
Alíquota efetiva	37%	37%

28.2 Movimentação do IR e CS a recolher:	2018	2017
Saldo inicial	2.929	3.617
(+) Constituição	6.238	13.605
(–) Pagamento	(7.630)	(14.293)
Saldo final	1.537	2.929

29. Instrumentos financeiros: O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na nota explicativa 6. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos. **a. Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		2018		2017	
Ativo circulante	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	5	–	49.824	–	47.976
Contas a receber de clientes	6	–	55.681	–	79.863
Outros créditos	8	–	2.599	–	2.224
		–	108.104	–	130.063
Ativo não circulante		–	1.582	–	1.650
Outros créditos	8	–	1.582	–	1.650

		2018		2017	
Passivo circulante	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
Fornecedores	13	–	137.067	–	141.102
Empréstimos e financiamentos	14	–	17.732	–	22.872
Outras contas a pagar	19	–	10.772	–	12.146
Dividendos a pagar	21	–	3.020	–	8.507
		–	168.591	–	184.627
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	33.867	–	22.325
Outras contas a pagar	19	–	8.726	–	3.436
		–	42.593	–	25.761

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo foram classificados na hierarquia de nível 2 b. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência a aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos internos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (i) ***Risco de crédito:*** Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as práticas de vendas da Companhia estão subordinadas às práticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), do estabelecimento de limites de venda e de prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Valor contábil	
	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.824	47.976
Contas a receber de clientes	6	55.681	79.863
Outros créditos	8	4.181	3.874
		109.686	131.713

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia definiu caixa e equivalentes de caixa de R$ 49.824 em 31/12/2018 (R$ 47.976 em 2017), os quais apresentam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. As aplicações financeiras da Companhia são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. ***Contas a receber de clientes e outros recebíveis:*** A Companhia realiza análises periódicas e constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos em que haja risco de não recebimento. A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório para as contas a receber de clientes e outros recebíveis foi de:

	2018	Exposição líquida	2017	Exposição líquida
Contas a receber	74.873	55.681	82.848	79.863
Outros créditos	4.181	4.181	3.874	3.874
Total	79.054	59.862	86.722	83.737

Perdas por redução no valor recuperável: A composição por vencimento das contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	2018 Bruto	2017 Bruto
Créditos a vencer	63.256	70.684
Créditos em atraso de 01 a 60 dias	6.376	5.151
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.709	2.235
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	5.080	6.573
Créditos em atraso acima 180 dias	2.643	2.079
	79.054	86.722

A Companhia possui provisão para perdas estimadas em 31/12/2018 no montante de R$ 19.192. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Fornecedores	13	137.067	–
Outras contas a pagar	19	10.772	8.726
		147.839	8.726

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, quando aplicável. Abaixo demonstramos a exposição ao risco de taxa de juros da Companhia em 31/12/2018:

	Taxa média	Total
Empréstimos e financiamentos	6,42%	51.599
Aplicações financeiras	5,83%	33.034

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices do CDI. Os empréstimos e financiamentos atualizados pelo CDI correspondem a 98% do total dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia. Os 2% restantes corresponde a financiamentos com taxa prefixada e pós-fixado. Uma alteração de 25% (1º cenário) ou 50% (2º cenário) na taxas de juros CDI (6,42%), na data das demonstrações financeiras, teria o seguinte impacto no patrimônio líquido e no resultado do exercício:

	Cenário 2018	25%	50%
Total empréstimo	52.821	57.060	57.908
CDI	6,42%		
	Cenário 2017	**25%**	**50%**
Total empréstimo	44.509	50.034	51.139

30. Arrendamentos mercantis operacionais: Arrendamentos como arrendatário (aluguéis de imóveis): A Companhia mantém compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis juntos a terceiros onde estão localizadas algumas de suas filiais, bem como seu centro de distribuição. Os contratos tem prazos de arrendamento entre 10 e 20 anos e não possuem cláusula de opção de compra no respectivo término, porém permitem renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, de acordo com os índices de mercado. Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2018	2017
Menos de 1 ano	25.504	24.319
Entre um e cinco anos	77.518	67.056
Mais de cinco anos	52.278	40.279
Total	155.300	131.654

Durante o ano encerrado em 31/12/2018, o montante de R$ 26.537 (R$ 25.998 em 2017), foi reconhecido como despesa no resultado na rubrica de despesas com vendas. **31. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2018 e 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Natureza da apólice	Risco Coberto	2018	2017
Estoques, edifícios, máquinas, móveis e utensílios - Lojas e sede	Incêndio, raio e explosão	371.333	317.251
Estoques, edifícios, máquinas, móveis e utensílios - Centro de Distribuição	Incêndio, raio e explosão	79.069	44.255
Veículos	Cobertura compreensiva	Tabela Fipe	Tabela Fipe
Lucros cessantes Lojas e Centro de Distribuição	Despesas Fixas	4.000	4.000

Diretoria

Marcio Stancato de Barros - Diretor-Presidente

Contadora

Adriana Fiorim Borges - Contadora - CRC 1SP201056/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do **Supermercados Irmãos Lopes S.A.** Guarulhos - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Supermercados Irmãos Lopes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Supermercados Irmãos Lopes S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2019.

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Imóveis Martins
Negócios e empreendimentos imobiliários
www.imoveismartins.com.br
CRECI: J-22.278
2087-6666
98854-6887
SEDE PRÓPRIA
Alameda Yaya, 349 - Gopouva
CORRESPONDENTE CAIXA FINANCIAMENTO HABITACIONAL

VENDA

APTO – PROX SHOPING MAIA – R$ 275.000 (VAGO) – REF - 0
3 – DORMTS 1 SUITE, SALA 2 AMBS COM SACADA, AREA DE LAZER COMPLETA
A/C – FINANC/FGTS

APTO – PROX CARREFOUR – R$ 185.000 (VAGO) – REF - 0
2 - DORMTS, SALA 2 AMBS, COZ, 1 VAGA, ELEVADOR, PORT 24 HORAS
A/C – FINANC/FGTS

APTO – VILA ROSALIA – R$ 290.000 - (VAGO) – REF - 04
2 – DORMTS, 1 SUITE, SALA 2 AMBS COM SACADA, 2 VAGAS, AREA DE LAZER COMPLETA
A/C – IMOVEL DE MENOR VALOR

APTO – PICANÇO – R$ 165.000 (REFORMADO) – REF - 04
1- DORMTS, SALA 2 AMBS, COZ, QUINTAL, 1 VAGA
A/C – FINANC/FGTS

VENDA

CASA TERREA – CONTINENTAL I - R$ 270.000 – REF - 12
2 - DORMTS, SALA, COZ, 2 VAGAS, EDICULA
A/C – FINANC/FGTS

APTO – COND ITALIA – GOPOUVA – R$ 200.000 – REF 02
2 DORMTS, SALA 2 AMBS, COZ, 1 VAGA, AREA DE ALAZER, PORT 24 HORAS
A/C – FINANC/FGTS

APTO – PROX SHOPPING MAIA – R$ 255.000 (VAGO) – REF 02
3 - DORMTS, 1 SUITE, SALA 2 AMBS COM SACADA, 1 VAGA
A/C – FINAC/FGTS

LOCAÇÃO

CASA - CONTINENTAL II – R$ 850.00 – REF - 12
2 – DORMTS, SLA, COZ, 1 VAGA, LAVANDERIA

LOCAÇÃO

APTO – PROX SHOPPING INTERNACIONAL – R$ 1.100 – REF -07
2 DORMTS, SALA, COZ, LAV, COM PLANEJADOS, 2 VAGAS

APTO – ATIVA (VL ENDRES) – R$ 1.600 – REF 07
3 DORMTS, 1 SUITE, SALA, COZ, 1 VAGA, AREA DE LAZER

V CASA CONTINENTAL III – R$ 600 – REF 12
1 – DORMT, SALA, COZ

CASA – PROX CLUB VILA GALVÃO – R$ 800 – REF 12
2 DORMTS, SALA, COZ, 1 VAGA

GUARULHOS #CARLIMP
Lavagem Ecológica #trazpralavar
#TAPETELIMPO
Guarulhos - SP
Higienização de tapetes, cortinas, cadeiras, estofados, colchões, cadeirinhas de bebê, almofadas, etc.
Antes
Depois
Higienização Veículo interna completa a partir R$ 210,00
Lavagem Carros a partir R$ 30,00 Motos a partir R$ 20,00
Persianas Romana / Rolo - m² a partir R$ 48,00
Seu sofá está sujo? Lavamos e impermeabilizamos a partir R$ 120,00
Tapete m² a partir R$ 15,00 *esse valor trazendo até nós, para retirarmos consultar valores
Higienização (Bancos, forros de porta e teto)
studiocarlimp carlimpjsr www.carlimp.com (11) 94571-8988/99698-9405
Rua Auad Abrahão, 151 - Jd. Paraventi, Guarulhos - SP
Aceitamos cartões de crédito e parcelamos em até 10x
Indique e Ganhe Descontos
(11) 3428-4077

PONTO DE VISTA

EDU VELA
Mestre em Educação, pós-graduado em Sócio Psicologia, treinamento desportivo, Coach Life e Socio fundador da Empresa Crossfut

Jogo de baralho e o sucesso

Há anos a humanidade se distrai com os jogos de cartas. Há indícios de que as cartas de baralho surgiram na China, por volta do século X a.c. O baralho criado antigamente, foi recebendo alterações até chegar ao popular baralho que conhecemos e, ainda hoje, existem variações diversas.

É difícil mensurar a quantidade de jogos de baralho que existem no mundo, mas existe uma coleção de livros, "Os Melhores Jogos do Mundo", que tem um volume destinado a falar sobre os jogos de carta, e apresenta 128 opções de jogos.

Organizar a vida, estabelecer estratégias, metas, ações, recursos é de extrema importância

Mas um jogo em especial, chamado Cacheta ou Pif, que resumidamente, tem como o objetivo acabar com suas cartas da mão descartando ou não a última carta, fazendo trincas e/ou sequências, era comum ser utilizado por meus atletas quando da minha passagem pela A.D. Wimpro (time de futsal de Guarulhos) como forma de passar o tempo, tanto em viagens como nos horários vagos nos hotéis.

Estrategicamente, vários momentos do jogo consistem, em estarmos atentos e termos a sensibilidade de perceber e decidir entre continuar agrupando cartas a espera de uma terceira para completar as trincas ou sequencias, ou então mudar radicalmente a perspectiva e através de uma troca de carta optar por uma nova espera tanto de trincas ou sequencias.

A relação deste simples passatempo que faço com nossas atitudes diárias e a maneira como nos projetamos quanto a objetivos, metas e ação. Acredito estar intimamente relacionada com nossa capacidade de finalizar o jogo da vida, por vezes recebemos algumas opções de trabalho, relacionamento, projetos... (cartas), analisamos e estabelecemos objetivos, metas e ações. Por vezes precisamos trocar alguns caminhos (cartas) para alinharmos um pouco mais as oportunidades que nos foram dadas (cartas) com nossas expectativas e estratégias. No entanto, em meus 20 anos trabalhando com esporte e atendendo pessoas, vejo a imensa dificuldade que algumas pessoas têm em encerrar o planejado (jogo), passam a vida "fazendo Parzinhos" (fazendo um paralelo ao jogo) sem nunca arriscar, insistir e lutar pensando na vitória, no merecimento, na gloria de concluir um projeto (ganhar o jogo).

Organizar a vida, estabelecer estratégias, metas, ações, recursos é de extrema importância para o sucesso, no entanto, se permitir ter as vitorias, fruto de todo esse empenho e estar conectado com a finalização do projeto que se propôs a realizar e um grande passo para realmente alcança-lo.

ANOTE

O Departamento de Extensão e o curso de Pedagogia da Universidade Univeritas/UNG realizaram, no dia 11 de abril, em parceria com a clínica escola Giz na Lousa, a primeira edição do projeto Ser Leitor, iniciativa do Grupo Ser Educacional que visa estimular o hábito da leitura. Ao total, 20 crianças e jovens com Autismo e Síndrome de Down estiveram no zoológico de Guarulhos com o objetivo de conhecer os animais do local, realizar oficinas de leitura, contação de histórias, brincadeiras e um delicioso piquenique, além da doação de livros. A leitura é um dos meios mais importantes para adquirir conhecimento, desenvolvimento intelectual e, acima de tudo, contribui para o entendimento de diversos assuntos e o bom funcionamento do cérebro.

A Prefeitura de Guarulhos realiza nesta sexta-feira (26), das 8h às 18h, no Teatro Adamastor (avenida Monteiro Lobato, 734), o 1º Seminário de Segurança Viária - Educação para o Trânsito. As inscrições são abertas e gratuitas, podendo ser feitas até o próximo dia 12, pelo link: https://goo.gl/1nWU7a. A idealização do evento é da Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana (STMU). No seminário serão abordados dois temas específicos: educação para o trânsito nas escolas, visando respeito mútuo e obediência às leis de trânsito, e a realização de campanhas educativas para os demais públicos para um trânsito mais seguro, através de ações integradas que visem a redução do número de acidentes, principalmente dos que apresentam alto índice de mortalidade.

Simulado de acidente aéreo em área urbana mobiliza mais de 400 pessoas em Guarulhos

FOTO: FABIO NUNES TEIXEIRA

DA REDAÇÃO - Cerca de 400 agentes de segurança e saúde participaram do I Simulado de Acidente Aéreo em Área Urbana em Guarulhos, realizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção de Defesa Civil (Compdec) ontem, no Centro de Treinamento Work Fire (Vila Nova Bonsucesso). As equipes simularam a queda da aeronave Boeing 737, com objetivo de aprimorar as habilidades das equipes e preparar a cidade para eventuais emergências.

A atividade proporcionou o treinamento do controle de incêndio causado pelo acidente, resgate de cerca de 90 passageiros e moradores, além da eliminação de riscos na área atingida pelo fogo. As vítimas passaram por uma triagem e foram dirigidas aos hospitais da cidade em ambulâncias e no helicóptero Pelicano da Polícia Civil.

Para dar um tom mais próximo da realidade, as vítimas foram maquiadas com diversos tipos de ferimentos. O coordenador médico do Samu, Helder Kogawa, comentou o cenário realístico do treinamento. "As lesões realmente simulam as possibilidades de um acidente real, sem contar que realmente usamos os recursos e materiais necessários para o socorro completo. Nossa expectativa é muito boa", afirmou.

CEI do Aeroporto recebe autoridades

LUCY TAMBORINO - A Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investiga possíveis práticas irregulares no GRU Airport – Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, recebeu ontem Alexandre Kise, ex- secretário do Meio Ambiente e o atual Abdo Mazloum.

Na ocasião Kise afirmou que à época do seu mandato tramitou um processo movido pelo Ministério Publico Estadual (MPE) contra as empresas áreas para recuperação ambiental. "A própria Câmara Ambiental como base na Política Nacional do Meio Ambiente entendeu que é dever daqueles que poluem compensar pelos danos que causaram ou que vierem a causar", disse. De acordo com o ex-secretário atualmente o processo tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O ex-secretário também mencionou que por meio dos seus anuários a própria Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) admite existir uma poluição considerável mesmo com a tecnologia avançada das aeronaves.

Em resposta as informações apresentadas, o vereador João Dárcio (Podemos), que preside a CEI, afirmou que pediu para os técnicos da comissão levantarem o processo. "Nosso papel é juntar informações dando elementos tanto para justiça, quanto para administração pública tomar as devidas providências. Está claro o dano causado pelo aeroporto a nossa cidade", argumentou.

Ainda dentro do prazo, a comissão também aguarda receber cópias do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre a GRU Airport e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que regulamenta questões ambientais, além da minuta do contrato com as empresas que se estabelecem no aeroporto.

Agora falta pouco mesmo!

30 de abril

é o último dia para o recadastro do Cartão Escolar.

Se você não recadastrar seu cartão, não poderá mais comprar créditos!

Informe-se sobre os documentos necessários para o recadastro de acordo com sua escola.

FACEBOOK.COM/GUARUPASS
0800 559 499
WWW.GUARUPASS.COM.BR

GUARUPASS
Levando você de ponto a ponto

Masp espera 250 mil visitas até o fim da exposição de Tarsila do Amaral

FOTO: DIVULGAÇÃO

DA REDAÇÃO - Inaugurada no dia 5 de abril, a exposição 'Tarsila Popular', com curadoria de Adriano Pedrosa e Fernando Oliva, espera receber 250 mil visitas até seu último dia, 28 de julho. No catálogo, estão 92 obras da expoente da primeira fase do modernismo brasileiro, entre pinturas e desenhos. A mostra integra o ciclo "Histórias das mulheres, histórias feministas", eixo temático que guia a programação da instituição em 2019.

Obras icônicas como Abaporu (1928), Antropofagia (1929) e Operários (1955) fazem parte da mostra, que conta ainda com obras como A Negra (1923) e Autorretrato com Vestido Laranja (1921). Os setores da exposição trazem retratos de nus, viagens, manifestações religiosas e pinturas populares, que representam o povo brasileiro sem uma visão otimista sobre o País.

Para contextualizar a obra, uma série de historiadores e pensadores contemporâneos foram convidados pelo museu para analisar as pinturas de Tarsila. Juntos, produziram cerca de 40 textos que integram o catálogo da exposição e estão à mostra nas paredes do museu.

Antes de voltar ao Brasil, a obra de Tarsila percorreu museus importantes em Chicago e Nova York. Muitos dos quadros expostos, como Abaporu e Pescador (1925), estão no País apenas de passagem.

Desde a abertura da exposição, 26 mil pessoas visitaram o museu. Dessas, 28% entraram gratuitamente – o benefício é concedido a menores de 11 anos, membros do programa 'Amigo Masp', todos os dias, e para toda a população, às terças-feiras. Simultaneamente, o Masp promove a exposição Lina Bo Bardi: Habitat, sobre a arquiteta ítalo-brasileira que projetou, entre outros, o edifício que abriga o Masp.

HORÓSCOPO

ÁRIES: Algumas dificuldades serão combatidas com mais eficiência durante parte do seu dia, aproveite cada momento que você tiver para evoluir neste sentido.
21 MAR 20 ABR.

TOURO: Você tende a ser surpreendido neste dia por coisas boas e que julgava impossíveis de acontecer neste momento da sua vida.
21 ABR 20 MAI.

GÊMEOS: Passará bem a maior parte do dia se souber se comunicar melhor com aqueles que estão ao seu lado. Busque esta constante de comunicação na sua vida.
21 MAI. 20 JUN.

CÂNCER: Você verá que todo o amor do mundo estará dentro do seu coração com um pouco mais de energia neste momento de grandes emoções.
21 JUN. 21 JUL.

LEÃO: Se sucumbir aos anseios do poder poderá fazer algo muito depreciativo para todos que estão ao seu lado, isso só sobrecarregará o seu relacionamento.
22 JUL. 22 AGO.

VIRGEM: O sentimento maior de organização fará você afastar algumas pessoas que você gosta muito. Se não aliviar essa mágoa pode piorar e gerar problemas.
23 AGO. 22 SET.

LIBRA: O que está para acontecer neste dia é que o diálogo tende a lhe favorecer mais do que o habitual durante este período de crescimento.
23 SET. 22 OUT.

ESCORPIÃO: Caso você venha a demonstrar uma grande vontade de ficar com alguém, poderá ser interpretado mal.
23 OUT. 21 NOV.

SAGITÁRIO: Seja uma pessoa muito mais feliz para que os problemas não tenham lugar na sua vida durante este período.
22 NOV. 21 DEZ.

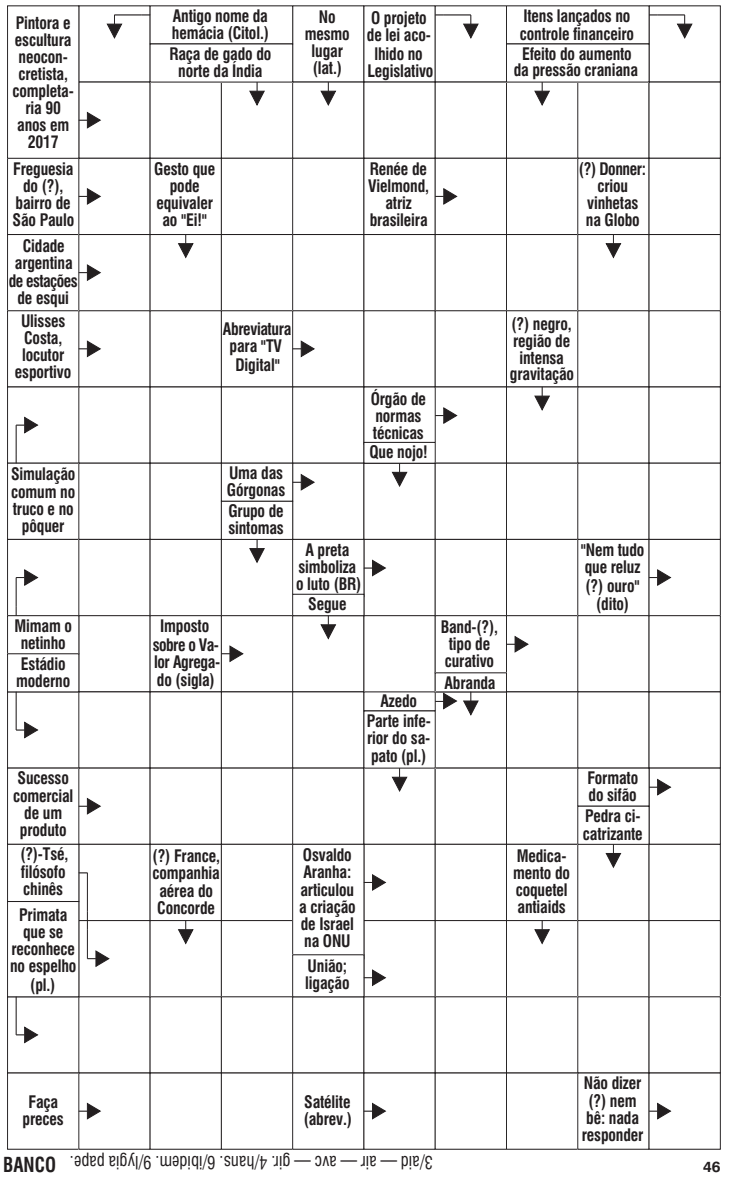
CAPRICÓRNIO: O que fará com que a sua personalidade fique mais fraca neste momento será a Lua neste momento.
22 DEZ. 20 JAN.

AQUÁRIO: Você tende a ser uma pessoa muito mais impulsiva neste momento, tudo depende da força de vontade para mudar as coisas ao seu lado. .
21 JAN. 19 FEV.

PEIXES: Na intenção de fazer aquilo que você acredita poderá prejudicar bastante os seus ideais neste dia mais complexo.
20 FEV. 20 MAR.

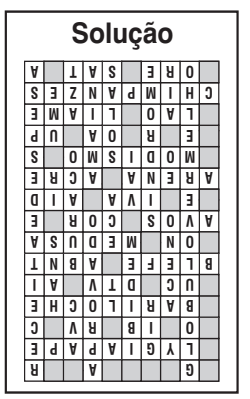
PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/aid — air — avc — gir. 4/hans. 6/ibidem. 9/ygia page. 46

Solução



Mega Fábrica de Óculos Faria Lima
EXAME DE VISTA GRÁTIS (TODOS OS DIAS)
Armação de fábrica a partir de R$ 29,99.
*Na compra do óculos completo
QUALIDADE E PREÇO BAIXO SÓ AQUI
FAÇA SEUS ÓCULOS CONOSCO E GANHE UM VALE DESCONTO PARA VOCÊ PRESENTEAR SEUS AMIGOS E FAMILIARES
Loja 1 - Av. Brigadeiro Faria Lima - 1960 - Cocaia - (esq. c/ Mercado Dia) Tel: 2401-0387
Loja 2 - Av.Emílio Ribas - 1641 - Tranquilidade - (esq. c/ Hosp. Padre Bento) Tel: 3428-1474
Loja 3 - Rua Olivanca, 221 - Jd. Carvalho - (Travessa com Avenida Jurema) Tel: 3428-5904
Loja 4 - Av. Tiradentes, 4273 - Vila Flórida (esq. c/ Droga Raia) Tel: 3428-3328

Brotas: saiba onde acompanhar o pôr do sol para fechar o dia de ecoturismo

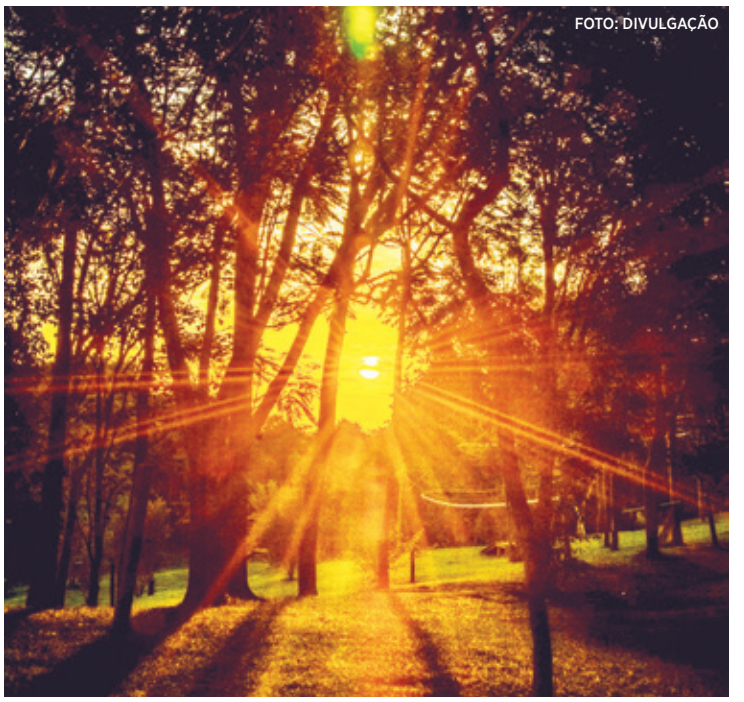


FOTO: DIVULGAÇÃO

DA REDAÇÃO - Brotas é sempre uma nova emoção. Afinal, reúne o maior número de atividades de turismo de aventura do Brasil. Para fechar um dia inteiro de experiências na natureza, nada melhor que acompanhar o pôr do sol. Como as cuestas, de relevo assimétrico, dominam o município, não é de qualquer ponto que é possível ver o astro-rei se ocultando no horizonte. Até por isso é uma atividade pouco difundida entre os turistas. Mas há, sim, lugares para essa contemplação. Na área rural, são dois: Ecoparque Poção que, inclusive tem dois mirantes e drink para celebrar o momento, e Represa do Patrimônio, para quem está embarcado, ao lado da margem oposta à vila. Na área urbana, mais dois: Bar do Gui, que tem happy hour para a ocasião, e na via púbica nas proximidades do ginásio de esportes Brotão.

Há vários meios de hospedagem com vista privilegiada para o oeste, em que os hóspedes podem acompanhar o pôr do sol, como o Hotel Fazenda Jacaúna e a Pousada Primavera da Serra. Na área rural, quem estiver passando o dia no Ecoparque Cassorova pode aproveitar o finalzinho do horário de funcionamento do espaço para se posicionar no mirante mais a oeste da propriedade para ver o sol começando a se aproximar do horizonte. De outros pontos turísticos de Brotas, como o Recanto das Cachoeiras, apesar de não ter vista do pôr do sol, é possível acompanhar a trajetória do astro-rei até ele sumir atrás da serra, geralmente deixando o céu com lindas nuances de cores.

O outono, por ser um estação de transição, geralmente com dias ensolarados e temperaturas amenas, reúne as condições ideais para as atividades que exigem maior esforço físico, como um trekking mais longo, para fotografar a natureza e contemplar o pôr do sol. Brotas se consagrou como capital do turismo de aventura, mas há muito o que fazer no município sem entrar na água, como arvorismo, tirolesa, queda livre, off road, ciclismo e cavalgada.

As trilhas, muitas das quais levam a cachoeiras, possibilitam contemplar paisagens incríveis, com encostas cobertas de mata atlântica e pedras de arenito que afloram em meio à vegetação de cerrado. O Rio Jacaré-Pepira, um dos mais limpos do Estado de São Paulo, onde se é realizado o rafting e o boia-cross, entre outras atividades de turismo de aventura, completa o belo cenário. É o lugar perfeito para ecoturismo.

Quem sabe agora é a ocasião para finalmente colocar em prática aquela meta de fazer uma trilha de dia inteiro ou perder o medo e fazer rapel, ou ainda sentir um pouquinho da sensação de ser um pássaro na tirolesa, e fechar o dia com o pôr do sol em Brotas? Quem já conhece o município com certeza tem uma listinha de lugares para ir e atividades para fazer na próxima viagem. São muitas opções de atividades na natureza.

CLASSIFICADOS

EMPREGO

Contrata-se

SUPERVISOR DE TELEVENDAS
P/ criação de equipe nova, contratação, treinamento. Gerenciar vendedores. Exp. c/ produtos de limpeza para empresas é um diferencial. Fixo + VR + VT. Seg. à Sexta das 8:00 às 17:48. F.: 2088-4242 c/a Jo

MASSAGISTA
c/ ou s/ exp. (Damos Treinamento) c/ pagto diário. Contato pelos Fs.: 99277-1334 / 4574-3973.

EMP.DE MEDICINA DO TRABALHO
Contrata: Auxiliar Administrativo. F: 4964-1222 - CV p/ deltamed@deltamed.med.br

ADMITE
Auxiliar de Escritório c/conhecimento em atendimento ao cliente e faturamento. Residir próximo Vila Galvão - Guarulhos. Curriculum para dmpabril@gmail.com.

PROFº E ESTÁGIARIO ED. FÍSICA
p/ Academia, enviar CV. p/ wervesonbrito@bol.com.br

IMÓVEIS

Sítio e Chácaras

CAMBUI MG 20.000MTS²
plaino, agua corrente, 80 Mil . 1.000mts² casa simples só 45 Mil. Rod. F.Dias 150km SP. F. 96215-6802

TAPERA GRANDE
1000 m². Ótimo local, R$ 40 Mil. F: 96314-2035

Vende-se

TERRENOS GUARULHOS
Ótimo localização há apenas 2 km da praça 8 de dezembro. peq. entr. e mensais de R$ 720,00 Últimas unid. não percam. F:4969-4226/ 4969-0884 www.cooperterrahabitacional.com.br

ANUNCIE AQUI 97380-7685

CASA V. FÁTIMA
3dorms. + 3 cômodos, terreno 10 x 30, gar. p/ 3 autos R$ 320 Mil F.: 98919-5686

APTO. CECAP
Reformado 3 dorms., R$ 230 Mil, Aceito Financ. F.: 98919-5686

Aluga-se

JD PARAISO
Casa 03 Cômodos e gar. R$ 700,00. F:97272-7232 whats

ALUGA-SE
Quartos p/ rapazes, amb. familiar F.: 2304-6721.

APARTAMENTO
1 dorm., Ótima localização Próx. Timóteo Penteado - V. Galvão Valor a partir de R$ 650,00 c/ Condomínio. Informações F.: (11) 2455-1002 --

QUARTO NO CENTRO
Valor R$ 500,00 . F.: 99526-0903 whats.

FALE COM NOSSA REDAÇÃO
11 4210-1371
FOLHA METROPOLITANA

NEGÓCIOS

Oportunidade

COMPRA/VENDA
concerta ouro, prata, moedas
F: 3255-2272 / 99986-8823
espinely@rspinely.com.br

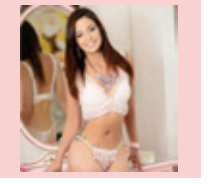
VEÍCULOS

HIDALGO DESPACHANTE
BOLETO, CHEQUE E CARTÃO!!!
Parcelamos Todos os débitos do seu veículo
EM ATÉ 12 X BOLETO OU CARTÃO OU ATE 18 X NO CHEQUE
Tel.: 2440 6425 / 4963 0569
Whatsapp: 9 4728-4689

SERVIÇOS

Relax

ACESSE O SITE
Karina 18 anos, local climatizado tel. 2382 2002 / 94474-1019
www.elasmassagens.com.br

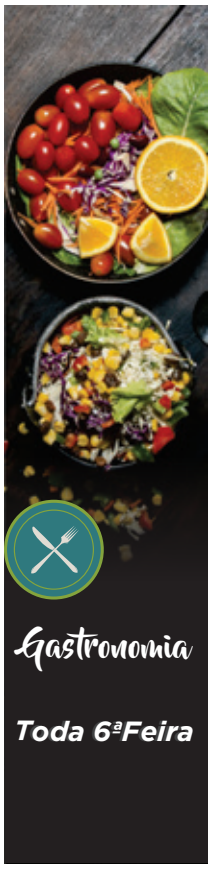


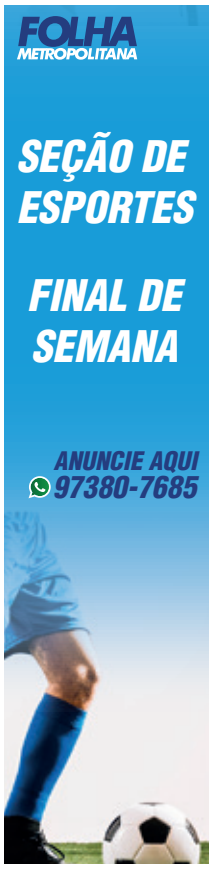
ESPAÇO GANESHA MASSOTERAPIA
A Nova Sensação de Guarulhos. Equipe treinada p/ melhor atende.lo s. Venha relaxar..agende seu horário tel 4574.3923/ 99277-1334 whats.

MASSAGEM TERAPÊUTICA
E Sensual F: 2422-1986/ 97622-4191 whats, site: www.massagistasguarulhosforman

CURSOS

Curso preparatório para
SUPLETIVO
ENEM, ENCCEJA E EJA
Você não tem 1 ou 2 grau? Nós temos a solução!
CURSO NACIONAL
Matrícula Grátis
Aulas 1 vez por semana
Curso Rápido
11 2408-4200
R. JOÃO GONÇALVES, 275, CENTRO
www.cursonacional.com.br





26
Maio
14H00
clube cecap
GUSTAVO MIOTO
VENDAS ONLINE E PRESENCIAL
CLUBEDOINGRESSO
sense
SHOPPING BONSUCESSO
SHOPPING INTERNACIONAL
CENTRO DE GUARULHOS
AVENIDA MONTEIRO LOBATO, 3415 - GUARULHOS